

«Se dermos sempre aos nossos jovens uma educação esmerada, tudo o que empreendermos correrá pelo melhor, se não... o melhor será calar-me»

Platão

Da divergência à convergência

Uma história do ensino e formação profissional

Comissário da exposição e líder do projecto: Norbert Wollschläger
Copcepção gráfica e textos: Helga Reuter-Kumpmann

Os textos da exposição foram retirados de intervenções na conferência sobre «A História do Ensino e Formação Profissional na Europa numa Perspectiva Comparativa», organizado pelo Cedefop em Florença, em Outubro de 2002

Porquê uma exposição sobre a história do ensino e formação profissional na Europa?

Porque para decidirmos para onde vamos, temos de descobrir de onde vimos.

“Em Março de 2000, o Conselho Europeu de Lisboa reconheceu o relevante papel da educação, não só como elemento integrante das políticas económicas e sociais, mas também como instrumento de fortalecimento do poder competitivo europeu no contexto mundial e, ainda, como o garante que assegurará a coesão das nossas sociedades e o pleno desenvolvimento dos seus cidadãos.

O Conselho Europeu estabeleceu como objectivo estratégico tornar a União Europeia na economia baseada no conhecimento mais dinâmica do mundo. O desenvolvimento de uma educação e de uma formação vocacionais de qualidade elevada é parte integrante e crucial desta estratégia, nomeadamente na promoção da inclusão e da coesão sociais, da mobilidade, da empregabilidade e da competitividade.”

“O alargamento da União Europeia acrescenta uma nova dimensão e numerosos desafios, oportunidades e exigências ao trabalho no campo da educação e formação.”
 “Declaração de Copenhaga”, Novembro 2002

A cada novo passo em frente que damos, a cada problema que resolvemos, não só descobrimos problemas novos e por solucio-

nar, mas também nos apercebemos que onde julgávamos pisar terreno firme, na realidade, é incerto e movediço.” Karl R. Popper (1902-1994). Estudante desistente, aprendiz de carpinteiro e filósofo da ciência.

O que nos mostra esta exposição?

Várias surpresas:

- que, durante a Idade Média, o ensino e a formação profissional eram muito semelhantes na maior parte dos países europeus;
- a razão pela qual nos séculos XVIII e XIX surgiram em vários países europeus novas formas de ensino e formação profissional, bem diferentes das até então existentes;
- quais os aspectos comuns surgidos na Europa nos últimos cinquenta anos.

Mostra também que a história do ensino e formação profissional é também a nossa própria história e que o nosso ponto de vista não é necessariamente o mesmo do dos historiadores que se debruçam sobre o tema.

Origens Comuns

Em quase todos os países europeus e durante muitos séculos após a criação das guildas, o trabalho dos artesãos e o seu ensino e formação profissional eram muito semelhantes.

As guildas eram corporações que, a partir do século XII, passaram a reunir as pessoas que nas cidades ou vilas trabalhavam no mesmo ramo ou ofício.

As guildas possuíram as suas próprias leis, o regimento, que todos os seus membros deveriam acatar.

Estas normas e regulamentações definiam a forma como as coisas deviam ser feitas e estabeleciam preços vantajosos para os consumidores.

As mercadorias eram sujeitas a um rigoroso controlo de qualidade.

As normas das guildas asseguravam que:

- ❑ os proventos dos patrões e dos mestres eram consentâneos com o seu estatuto;
- ❑ os membros mais pobres da guilda, bem como as viúvas e órfãos dos associados, tinham direito a assistência.

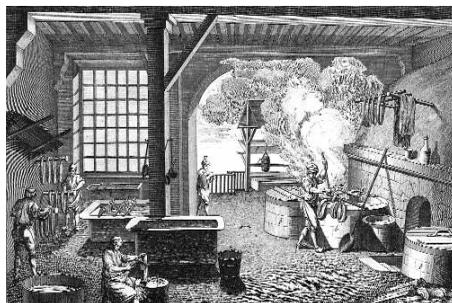
As normas das guildas definiam igualmente os requisitos para se ser membro e para a formação dos aprendizes e artífices.

As guildas desempenhavam um importante papel na vida política e económica da maior parte das cidades.

Todavia, surgiram conflitos quanto à sua influência sobre os assuntos públicos, como por exemplo quando impediam os não membros de exercerem a sua actividade ou de abrirem um negócio.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o sistema de guildas foi perdendo grande parte da importância que antes tivera na Europa.

A doutrina económica liberal, que encorajava “a livre iniciativa”, considerava o sis-



Esta bela gravura retirada da Enciclopédia de Diderot e d'Alembert retrata com detalhe as várias fases da arte do tingimento da seda. No entanto, não mostra o perigo do contacto com as substâncias venenosas utilizadas - uma das razões pelas quais este ofício também representava um risco para os artífices que o praticavam.

tema de guildas um obstáculo à concorrência e ao comércio livre.

O ensino e formação profissional no sistema de guildas

O sistema de guildas europeu obedecia a uma hierarquia rígida: aprendiz, artífice e mestre. O título de mestre era o único atestado de competência escrito, enquanto os aprendizes recebiam um certificado onde se comprovava terem completado a primeira fase da sua aprendizagem. O papel das mulheres - esposas ou criadas dos mestres - era subalterno, limitando-se a ajudar.

Só após um período de teste, que durava várias semanas, é que os aprendizes eram aceites na guilda. Geralmente, a família do aprendiz pagava ao mestre pela alimentação e pelo alojamento daquele. O aprendizado prolongava-se geralmente por um período de dois a quatro anos, ou mais no caso dos ofícios que requeressem um elevado nível de especialização.

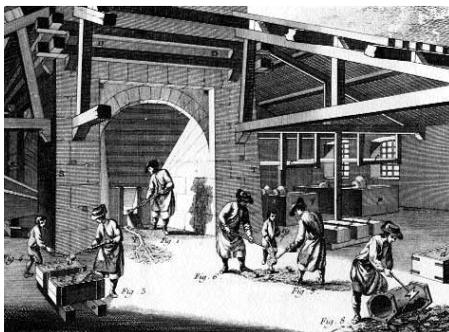
O aprendizado terminava sem a realização de um exame específico, ficando o aprendiz “livre”. Cada ofício possuía as suas próprias normas para a conquista deste privilégio e para o ingresso na comunidade dos artífices.

As qualificações profissionais dos artífices eram reconhecidas noutros países. Não tendo geralmente laços familiares, andavam de terra em terra, para aperfeiçoar e alargar os seus conhecimentos junto dos mestres doutros países: uma forma incipiente de mobilidade profissional na Europa.

Após adquirirem experiência suficiente, requeriam a uma guilda a sua admissão como mestres.



Xilogravura de um incunábulo holandês (1700) onde se podem ver artistas e artífices com os seus utensílios: fabricante de pigmentos, pintor, ourives, escultor, fabricante de órgãos, relojoeiro e copista.



Os aprendizes viviam com as famílias dos seus mestres e trabalhavam na oficina de sol a sol, realizando a maior parte do trabalho pesado. Pouco a pouco, sempre sob a rigorosa supervisão dos artífices e do mestre, iam aprendendo as bases do ofício, através da observação, das explicações e da prática. Para além de se lhes exigir perícia na condução das tarefas, procurava-se igualmente inculcar-lhes virtudes - muitas vezes através de castigos corporais - como a aplicação, a dedicação e a observância e submissão incondicionais às regras da guilda.

Tingimento da seda, Enciclopédia, de Diderot e d'Alembert

Uma Excepção

Na **Rússia** medieval, ao contrário da maioria dos países europeus, não surgiram corporações de artífices passíveis de serem comparadas às guildas.

Quando aos dezassete anos o czar Pedro I ascendeu ao trono, em 1681, o seu sonho era reinar sobre um vasto império com uma economia forte e uma marinha poderosa.

Em 1697, enviou emissários a toda a Europa, em busca de aliados que o ajudassem a combater os turcos e de pessoas qualificadas nas áreas científica, técnica e artesanal de que o seu país, eminentemente agrário, tanto necessitava.



Nos tempos medievais, entre os impressores e gravadores era costume submeter os aprendizes, no final do seu aprendizado, a uma "praxe" cruel. Ao aceitarem submeter-se a tais maus tratos, tinham de provar ser capazes de sacrificar a saúde ao trabalho. Esta prova cruel significava igualmente que o novo artífice tinha conquistado o direito de ser acolhido pelo mestre, viver no seio da família deste e ser assistido em caso de doença.

A partir de 1698, o czar desenvolveu as indústrias mineira e metalúrgica e a construção naval, a fim de proteger e expandir as fronteiras da Rússia. Foi criado um sistema completo de ensino e formação profissional: escolas de navegação, balística, engenharia e medicina, academias para a formação de trabalhadores especializados e escolas primárias.

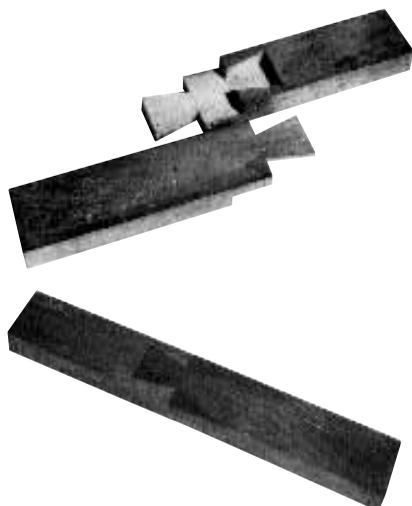
Não dando a população mostras de grande interesse em enviar os filhos para estas escolas, Pedro I promulgou leis severas que tornaram obrigatória a educação e formação profissional.

Durante muitos séculos, o ensino e formação profissional foram dominados pelo poder central e influenciados por objectivos de carácter político.



O czar Pedro I costumava viajar incógnito pela Europa, na companhia dos seus emissários. Nos seus pèriplos, muitos destes emissários foram aprendendo vários ofícios. Pedro I aprendeu as bases teóricas e matemáticas da arte da construção naval e trabalhou também como carpinteiro num estaleiro holandês.

Em 1688, Viktor Karlovich Della-Vos, director da Escola Técnica Imperial de Moscovo, criou aquilo que viria a ser chamado "Método Sequencial". Os aprendizes começavam por aprender a executar e dominar tarefas simples. De acordo com uma sequência rigorosamente predeterminada, estas tarefas iam-se tornando cada vez mais complexas. Após a sua apresentação na Exposição Mundial de Viena, em 1873, este método começou a ser adoptado por cada vez mais centros de formação profissional um pouco por toda a Europa.



Na Europa, ainda hoje centenas de cursos se baseiam no "Método Sequencial".
Modelos de juntas de madeira (Clair, século XIX)

Na primeira metade do século XX, tinham-se desenvolvido na Europa três modelos básicos de educação e formação profissional.

Este quadro não reflecte a situação actual, pois os sistemas de educação e formação profissional são muito diversificados e evoluem muito depressa. No entanto, muito do que então se passava nos diversos países ainda se verifica hoje em dia ou ainda possui uma certa influência.

A **Grã-Bretanha** deu os primeiros passos no que hoje chamamos "industrialização" no século XVIII. Com a invenção da máquina a vapor, do tear mecânico e da máquina de fição, surgiram fábricas de têxteis por todo o país. Muitas pessoas abandonaram as áreas rurais e fixaram-se nas cidades à procura de trabalho.

Divergência

A diversidade de modelos de educação e formação profissional na Europa deve-se a vários factores, tais como:

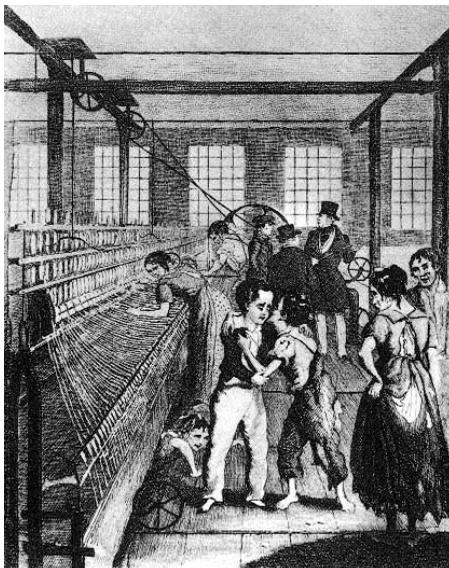
- ❑ a abolição do sistema de guildas na sequência de convulsões políticas
- ❑ os diferentes ritmos a que, nos vários países, se processou a industrialização
- ❑ a influência de movimentos políticos, filosóficos, culturais e religiosos.

Tudo isto originou transformações profundas na sociedade: a "Revolução Industrial".

O sistema de guildas foi abolido, tal como o tradicional aprendizado de sete anos. Nas fábricas, a maquinaria era operada por operários sem qualificações e mal pagos.

Os três modelos clássicos de ensino e formação profissional:

	Modelo do mercado liberal: Grã-Bretanha	Modelo regulamentado pelo Estado: França	Modelo dual empresarial: Alemanha
Quem determina a organização do ensino e formação profissional?	Negociado "no terreno", entre representantes dos trabalhadores, gestores e centros de formação profissional .	O Estado.	Câmaras de comércio regulamentadas pelo Estado, agrupadas por profissão.
Onde tem lugar o ensino e formação profissional?	Há muitas opções: escolas, empresas, simultaneamente nas escolas e nas empresas, através dos meios de comunicação electrónicos, etc.	Em escolas especializadas, denominadas "escolas de produção".	Alternando de forma predeterminada entre as empresas e as escolas profissionais ("modelo dual").
Quem determina o conteúdo dos programas de ensino e formação profissional?	O mercado ou as próprias empresas, dependendo das necessidades do momento. O conteúdo dos programas não é predeterminado.	O Estado (em conjunto com os parceiros sociais). O objectivo não é reflectir a prática das empresas, assentando antes numa formação mais geral e teórica.	Decidido em conjunto pelos empresários, os sindicatos e o Estado.
Quem paga o ensino e formação profissional?	Regra geral, são os formandos que pagam. Algumas empresas financiam certos cursos, que elas mesmas ministram.	O Estado aplica um imposto às empresas e financia o ensino e formação profissional, mas só para um determinado número de candidatos por ano.	As empresas financiam a formação no seu seio, sendo esses custos dedutíveis nos impostos. Os formandos recebem um subsídio definido por contrato. As escolas profissionais são financiadas pelo Estado.
Quais as qualificações obtidas através do ensino e formação profissional, e quais as oportunidades que estas oferecem?	Não há supervisão da formação profissional nem exames finais reconhecidos por todos.	Os certificados emitidos pelo Estado permitem que aqueles que mais se distinguem prossigam os seus estudos para níveis de maior especialização.	Geralmente, as qualificações permitem que os formandos trabalhem na profissão em causa e que prossigam os seus estudos para níveis de maior especialização.



Já no início do século XX, o trabalho infantil fazia parte da terrível vida quotidiana nas fábricas, e não apenas na Grã-Bretanha. As crianças representavam a mão-de-obra mais barata e eram essencialmente usadas em funções que implicavam estar debaixo e entre as máquinas, que se encontravam muito próximas umas das outras.

Durante muitos anos, a indústria, em rápido crescimento, não necessitou de mão-de-obra qualificada, pelo que os jovens não recebiam qualquer formação.

Na época, a vida e o trabalho eram regidos por dois conceitos fundamentais, o “liberalismo” e o “puritanismo”, que ainda hoje influenciam o modelo de ensino profissional concebido para o “mercado liberal”.

Os representantes dos trabalhadores e do patronato e os centros e escolas de formação profissional negociam “no terreno” qual o tipo de ensino e formação a prestar.

Na perspectiva do “liberalismo”, ou seja a ausência de intervenção e de protecção es-



A partir de 1901 a escola, frequentada a tempo parcial, passou a ser obrigatória para todas as crianças e jovens com menos de 16 anos. As aulas davam especial ênfase ao valor “moral” do trabalho. Desde então, têm coexistido muitos modelos de ensino e formação profissional: nas escolas, nas empresas, em ambas simultaneamente, através do ensino à distância (recorrendo aos meios de comunicação electrónicos), bem como algumas iniciativas estatais para introduzir o “aprendizado moderno”.

tatal, cada pessoa é responsável pelo seu próprio destino. Acredita-se que o “livre jogo de forças” promove o bem-estar da nação e a saúde das empresas.

O “puritanismo”, um severo código moral protestante, exige auto-sacrifício e dedicação ao trabalho. A prosperidade é considerada uma consequência dessa dedicação ao trabalho.

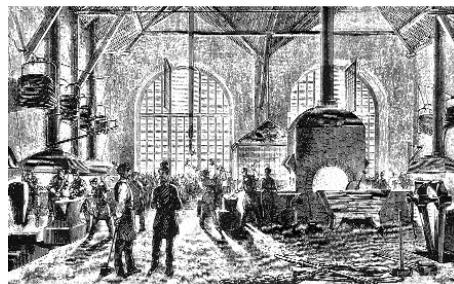
A **França** teve um papel de destaque nas ciências naturais no século XVIII. Instituições como as *grandes écoles*, tal como a École Polytechnique, tornaram-se um modelo para o ensino técnico na Europa. No entanto, o país só atingiu o zénite da sua industrialização em finais do século XIX. Com a Revolução Francesa, o sistema de guildas foi abolido em 1791, e a questão da formação de operários especializados permaneceu sem solução durante muito tempo.

Sob a influência do “Iluminismo”, que dava grande destaque às humanidades e às ciências, reconheceu-se pela primeira vez a enorme importância do ensino infantil bem planeado, tanto para o indivíduo como para a sociedade.

Escolas que inicialmente tinham sido criadas para os órfãos dos soldados foram transformadas em *Écoles des arts et métiers*, que formavam operários metalúrgicos, torneiros-mecânicos e carpinteiros, que iriam trabalhar em empresas estatais, em vez de ferreiros e seleiros destinados ao exército.

Nos outros aspectos, o ensino e formação profissional era semelhante à dos outros países - aulas nocturnas, formação cívica e técnica - mas de forma alguma destinada a todos os jovens.

As mudanças ocorreram com a implantação da República, em 1871:



Nas Écoles des arts et métiers, as escolas de artes e ofícios, em número de seis em 1900, a formação prática era ministrada em oficinas, enquanto a teoria era ensinada nas salas de aula.



Hoje em dia, as escolas secundárias técnico-profissionais são frequentadas por um milhão de jovens. Outros tantos frequentam as escolas secundárias convencionais. Cerca de 300 mil recebem a sua formação nas empresas, como estagiários.

- ❑ escolaridade universal e obrigatória, destinada a educar as crianças dentro do espírito da República e não já nos moldes católicos, ao contrário do que sucedia antes;
- ❑ “tirar da rua” as crianças de 13 anos, idade em que terminava a escolaridade obrigatória, e habituá-las ao trabalho;
- ❑ havia uma necessidade premente de operários especializados em electrotecnia e mecânica, com vista ao crescimento da economia e do poderio militar da nação.

Foram criados dois tipos de escolas públicas, destinadas ao ensino de operários altamente qualificados e à formação de trabalhadores manuais e de escritório. Actualmente, o Estado francês continua a regulamentar o ensino e formação profissional.

Na **Alemanha**, a mecanização do sector têxtil só começou em meados do século XIX. A partir desse momento, porém, registou-se um rápido desenvolvimento nos sectores têxtil, mineiro, do aço e do carvão. Em finais do século XIX, as indústrias eléctrica, química e automóvel estavam a tornar-se cada vez mais importantes.

A liberdade de emprego começou a difundir-se por volta de 1811 na Alemanha, e as guildas foram dissolvidas. Todavia, esta situação não iria durar muito tempo. O ensino e formação profissional foi legalmente reintroduzida em 1897. Tal deveu-se a duas razões fundamentais:

- ❑ Um mercado internacional muito competitivo levou a um aumento na procura de trabalhadores qualificados para postos de trabalho industriais e administrativos.

O movimento operário estava a tornar-se cada vez mais forte, pelo que o governo de-



A indústria “moderna” inspirou-se na relação tradicional entre mestre e aprendiz, e assinaram-se contratos com jovens para fazer deles “operários especializados”. Grandes empresas montaram as suas próprias oficinas para formação, como esta, na secção de moagem de uma empresa de Borsig. Foto: Deutsches Technikmuseum Berlin

ciduiu agir para incutir entre os jovens a sua visão política conservadora. O mundo tradicional das corporações profissionais era considerado uma boa base para a integração social e política dos aprendizes.

Ao longo do século XIX, muitos aprendizes frequentaram as “escolas de acompanhamento”, em regime pós-laboral ou aos domingos. Nestas escolas, fazia-se uma revisão dos programas da escola primária e ministrava-se o conhecimento teórico específico para se trabalhar num determinado sector.

No final do século XIX, estas escolas tinham-se transformado em “escolas profissionais”. Para além do ensino e formação profissional, os estudantes recebiam ainda educação cívica. Na Áustria sucedeu o mesmo, sendo o sistema de ensino e formação profissional muito semelhante ao alemão.

Actualmente, o aprendizado possui ainda duas vertentes:

- ❑ a aprendizagem faz-se no local de trabalho e na escola de formação profissional.



Muitas empresas criaram programas desportivos para melhorar a saúde dos seus aprendizes e para estreitar os laços destes entre si e com a empresa. (Ginásio na AEG, 1927)



Frequentar as aulas nas ambachtscholen era uma boa alternativa ao aprendizado. O seu único objectivo era claro: oferecer formação profissional, tanto teórica como prática, aos estudantes.

É por isso que se chama a este modelo de formação profissional “sistema dual”.

Nos **Países Baixos**, a partir de 1860, a indústria foi-se implantando. As actividades mais importantes eram as fundições, a construção de maquinaria, a construção naval e a produção de alimentos, esta última muito diversificada. Sob a influência da “ocupação” francesa, as guildas foram abolidas em 1806. A princípio, os trabalhadores especializados de que o país carecia vinham do estrangeiro ou recebiam a sua formação nas poucas escolas existentes. A partir de 1860, a indústria em franco e rápido desenvolvimento tinha necessidade de um maior número de trabalhadores especializados. Em resposta, foram criadas inúmeras escolas técnico-profissionais em todo o país, frequentadas em regime diurno.

Gradualmente, o Estado foi chamando a si a responsabilidade do financiamento destas escolas, muitas das quais eram inicialmente privadas. O êxito destas escolas de formação profissional, as *ambachtscholen*, prolongou-se pelo século XX. As *burgeravondschoolen* eram escolas de outro tipo, sendo frequentadas em regime pós-laboral. O objectivo inicial destas escolas consistia em serem um complemento ao ensino geral das escolas básicas. Mas, para se responder



Nas escolas comerciais, as disciplinas da área do comércio são consideradas como fazendo parte do ensino geral e não do ensino e formação profissional. É interessante, mas não surpreendente, se pensarmos na grande tradição mercantil deste país.



Curiosamente, durante muitos anos, a palavra finlandesa para “profissão” (elatuskeino) significava também “modo de vida”, o que demonstra que uma vida independente abrangia todas as formas de actividade.

às necessidades laborais, rapidamente se procedeu à sua reorganização.

O sistema do aprendizado desempenhou um papel não negligenciável nas oficinas e no pequeno comércio. O ensino “dual” na empresa e na escola difundiu-se sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, sem no entanto ter a importância de que o ensino “a tempo inteiro” continua a gozar.

Na **Finlândia**, durante muitos séculos sob domínio sueco e posteriormente russo, os esforços de industrialização concentraram-se na manufactura e transformação de produtos agrícolas e florestais e na produção de máquinas e utensílios necessários àquelas actividades. A Finlândia tornou-se um principado autónomo do Império Russo em 1809. A sociedade finlandesa empreendeu então uma reorganização e a política, a economia e o ensino sofreram profundas transformações.

Envidaram-se esforços para instruir a população rural: conselheiros itinerantes e escolas especializadas ensinaram os agricultores a trabalhar com maior eficácia. Durante muito tempo, a responsabilidade pela criação de novas indústrias e pelo desenvolvimento do ensino e formação profissional de-



Apesar dos esforços políticos para a introdução, nas empresas, da formação profissional através de estágios, o número de formandos é muito reduzido. Actualmente, a maior parte dos jovens aprende a sua profissão através do ensino escolar convencional.



Em 1884, o Estado começou a criar oficinas para formação prática e escolas de regime diurno (como as francesas). Introduziu-se a formação paralela no local de trabalho e na escola de formação profissional, portanto um “sistema dual” semelhante ao existente na Alemanha e na Áustria.

pendia de uma única entidade. Por volta de 1840, uma das primeiras autoridades nacionais para os incentivos à produção criou as primeiras escolas técnico-comerciais. A partir de 1890, o desejo unânime de fugir à influência russa inspirou novos e maiores esforços para promover a indústria e o ensino, o que levou à criação pelo Estado de escolas mistas de formação profissional em regime diurno. Para além de conhecimentos de ordem profissional, os alunos tinham também aulas de formação cívica.

Unidade na Diversidade

Será a **Suíça** um modelo para a Europa? Na Confederação Suíça falam-se quatro línguas oficiais, que correspondem a quatro tradições culturais diferentes: alemã, francesa, italiana e reto-romana. Esta diversidade reflecte-se no sistema de ensino e formação profissional. Há já longos séculos que a Suíça possui uma economia próspera: as guildas na Idade Média, a relojoaria e a indústria têxtil a partir do século XVIII, a engenharia no início do século XIX e inúmeros sectores da



Foi acrescentado um terceiro elemento aos dois do sistema dual. Este “terceiro local de aprendizagem” lança uma ponte entre a aprendizagem no local de trabalho e a aprendizagem na escola. Por exemplo, há cursos introdutórios para os alunos terem a possibilidade de experimentar novas abordagens e cometer erros, aprendendo a levar a cabo tarefas difíceis sem se sentirem pressionados.

indústria desde então. Demorou muito tempo até o Estado começar a envolver-se no ensino e formação profissional. Até 1884, não havia qualquer apoio federal para as infra-estruturas de ensino e formação profissional.

Em que difere actualmente o sistema de ensino e formação profissional suíço dos outros países europeus? A legislação em matéria de ensino e formação profissional aplica-se a todo o país, embora admita algumas diferenças entre os diversos cantões. Tal como em todos os outros países, as tradições relativas ao ensino e formação profissional em cada cantão possuem raízes profundas e muito circunscritas, havendo resistência a mudanças drásticas. Todavia, as novas ideias, a experimentação e os progressos registados em determinado cantão podem levar à introdução de reformas prudentes em todo o país. A tradição e a renovação no ensino e formação profissional já não são mutuamente exclusivas: um exemplo para a Europa seguir.

Foi acrescentado um terceiro elemento aos dois do sistema dual. Este “terceiro local de aprendizagem” lança uma ponte entre a aprendizagem no local de trabalho e a aprendizagem na escola. Por exemplo, há cursos introdutórios para os alunos terem a possi-



Optómetro para testar a visão e a aptidão para avaliar distâncias. A indústria desenvolveu muito rapidamente técnicas para a selecção de potenciais aprendizes, de acordo com qualidades consideradas importantes pelas entidades patronais: capacidade intelectual, tempo de reacção, destreza, força, boa visão, aptidão para avaliar distâncias, etc.



Houve grandes mudanças nas exigências quanto às capacidades consideradas necessárias para o desempenho de uma profissão. A criatividade, a responsabilidade individual e a capacidade de adaptação aos outros de forma fácil e rápida desempenham um papel cada vez mais importante. Foto: Uwe Völkner

bilidade de experimentar novas abordagens e cometer erros, aprendendo a levar a cabo tarefas difíceis sem se sentirem pressionados.

“Aptidão”

Os **testes de admissão** estão hoje praticamente generalizados. Em muitas actividades desenvolveram-se testes vocacionais através dos quais se avalia se os candidatos possuem características que permitam o seu enquadramento numa escola, numa acção de formação ou numa profissão.

Quem avalia o quê e porquê? Uma pergunta interessante!

Os primeiros testes vocacionais foram desenvolvidos por psicólogos alemães durante a Primeira Guerra Mundial, tendo em vista determinar quais os candidatos com melhores aptidões para conduzir veículos motorizados em situação de guerra.

Este processo de selecção destinava-se, obviamente, a apoiar o exército alemão. Mas



Em Paris, em 1951, representantes de seis países europeus assinaram o tratado que fundava a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Da esquerda para a direita: os ministros dos Negócios Estrangeiros da Bélgica (Paul van Zeeland), Luxemburgo (Joseph Blech), Itália (Carlo Storza) e França (Robert Schuman), o chanceler alemão (Konrad Adenauer) e o ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos (Dirk Uipko Stikker). Foto: Biblioteca Audiovisual da Comissão Europeia



Em Roma, em 1957, representantes de seis nações europeias assinaram os tratados que fundavam a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Euratom. Foto: Biblioteca Audiovisual da Comissão Europeia

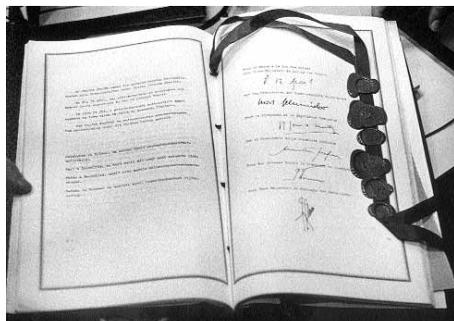
seria útil para os candidatos seleccionados ou rejeitados? Finda a guerra, o governo social-democrata e os sindicatos utilizaram os chamados “testes psicotécnicos” noutros domínios: os jovens eram seleccionados para receberem a formação profissional atendendo mais às suas capacidades do que aos seus antecedentes. Foram criados testes de aptidão com vista à redução de perigos para o grande público, como por exemplo nos cami-nhos-de-ferro. Outros países, sobretudo a França, adoptaram muitos destes testes e desenvolveram outros. Foi fundada a Associação Internacional de Psicotécnica.

Actualmente, os testes de aptidão são cada vez mais utilizados para descobrir as características positivas de cada individuo e promover o seu desenvolvimento pessoal de forma a que tanto a pessoa testada como o seu empregador daí retirem benefícios.

Convergência

O ensino e formação profissional na Europa: um debate com mais de 50 anos

Apesar de no tratado não haver quaisquer disposições sobre o ensino e formação profissional, estava preparado o terreno para posteriores actividades conjuntas neste domínio. Em 1953, no seu primeiro relatório, o órgão executivo da CECA, a “Alta Autoridade”, fazia referência a motivos não apenas económicos mas também sociais para empreender iniciativas conjuntas. Por exemplo, ensino e formação profissional poderia melhorar a segurança laboral na indústria mineira - uma necessidade, tendo em conta que todos os anos morriam ou ficavam feridos centenas de mineiros. A partir de 1953, foi sendo gradualmente implementado o seguinte programa: compilação de documentação; organização de reuniões regulares e



O Tratado assinado pelos seis Estados-Membros em 1965 entrou em vigor em 1967 e instituiu a Comunidade Europeia, a CE, que funcionava como a comissão executiva da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e o Euratom. Foto: Biblioteca Audiovisual da Comissão Europeia

intercâmbio de informação entre os responsáveis pelo ensino e formação profissional dos Estados-Membros; criação de uma Comissão Permanente para a Formação Profissional. Outra importante iniciativa foi o financiamento de acções de formação profissional para mineiros no desemprego.

A necessidade de desenvolvimento do ensino e formação profissional foi expressa de uma forma mais clara nos Tratados de Roma do que o havia sido no Tratado que instituiu a CECA, sendo descrita, por exemplo, como forma de atingir uma situação social harmoniosa com uma política de pleno emprego. As iniciativas conjuntas no domínio do ensino e formação profissional foram identificadas como condição prévia para a mobilidade da mão-de-obra e para o intercâmbio de jovens trabalhadores no espaço da CEE.



Em 1972, a Dinamarca, o Reino Unido e a Irlanda assinaram o tratado de adesão à CE. (Na fotografia, o ministro irlandês dos Negócios Estrangeiros, Patrick Hillary, e o primeiro-ministro irlandês, John Lynch.) A Grécia aderiu à CE em 1981, Portugal e Espanha em 1986. Em 1995, foi a vez da Áustria, Finlândia e Suécia. Foto: Biblioteca Audiovisual da Comissão Europeia



As movimentações estudantis no final da década de 1960 vieram demonstrar a gravidade da crise vivida pelo sistema educativo em quase todos os países.

A Europa e o ensino e formação profissional Interesses comuns?

Em 12 de Maio de 1960, o Conselho de Ministros decidiu acelerar a implementação do programa de ensino e formação profissional lançado em 1957, a fim de cumprir diversos objectivos: colmatar a escassez de trabalhadores qualificados, diminuir a elevada taxa de desemprego em algumas regiões, como o Sul de Itália, e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

Após consultar peritos dos Estados-Membros, representantes dos sindicatos e do patronato, a Comissão apresentou um programa de dez pontos para uma acção conjunta. A França e a Alemanha manifestaram a sua viva oposição ao plano de transferir para a Comunidade as responsabilidades na área do ensino e formação profissional.

A grande oposição política da década de 1960 abrandou finalmente com a cimeira de Haia, em 1969: os parceiros sociais foram chamados a dar o seu contributo para a resolução das questões sociais e incentivou-se o desenvolvimento do ensino e formação profissional. A crise económica que se se-



A escolha de Berlim para albergar a sede do Cedefop pretendia demonstrar que a parte ocidental da cidade era parte integrante da CE. Após a queda do Muro e a reunificação alemã, em 1993, tomou-se a decisão de transferir a sede do Cedefop para Salónica.



guiu à guerra do Yom Kippur, em 1973, veio reforçar esta tendência.

Em 1975, uma directiva do Conselho de Ministros referia a necessidade de criação de um centro europeu de investigação e documentação sobre o ensino e formação profissional, o Cedefop.

O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

A ideia de uma política comum para o ensino e formação profissional foi amadurecendo lentamente, tendo por diversas vezes deparado com viva oposição dos Estados-Membros. Temia-se que os modelos de formação profissional que já tinham dado boas provas pudessem ser substituídos

Em 1970, a situação começa a mudar. Os governos e os sindicatos, em especial, começam a debruçar-se sobre a questão da formação inicial e contínua. Era necessário investigar para introduzir melhoramentos no ensino e formação profissional, e em muitos países foram criadas instituições que iriam levar a cabo essa tarefa. Em resposta a uma proposta do Comité Económico e Social Europeu, o Conselho de Ministros tomou em 1975 a resolução de criar o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, o Cedefop, com sede em Berlim.

O Cedefop tinha a seu cargo diversas tarefas, tais como:

- coligir documentação sobre os desenvolvimentos, a investigação;
- e as instituições de ensino e formação profissional;
- difundir informação;
- promover iniciativas para abrir caminho para;
- uma abordagem concertada ao ensino e



Em 2000, o Conselho Europeu de Lisboa decidiu que "O desenvolvimento do ensino e da formação profissional de elevada qualidade é parte integrante e integral dessa estratégia, sobretudo em termos de promoção da inclusão social, da coesão, da mobilidade, da empregabilidade e da competitividade". Foto: Biblioteca Audiovisual da Comissão Europeia

formação profissional;

e actuar como charneira para as partes envolvidas.

A política relativa ao ensino e formação profissional está obrigatoriamente relacionada com o funcionamento da sociedade, pois diz respeito não só ao ensino, às competências, conhecimentos e desempenho económico, mas também às instituições sociais. Uma representação paritária das quatro partes interessadas é pois fundamental para o trabalho do Centro. O Conselho de Administração do Cedefop é composto por representantes dos governos, de organizações sindicais e patronais de todos os Estados-Membros e da Comissão Europeia.

Presentes estão igualmente observadores da União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE), da Confederação Europeia dos Sindicatos (ETUC-CES) e dos outros Estados do Espaço Económico Europeu.

Graças ao seu trabalho técnico e científico, o Centro oferece um contributo vital para o progresso do ensino e formação profissional na Europa: da divergência à convergência.

O ensino e formação profissional na Europa: caminhos partilhados

A colaboração no domínio do ensino e formação profissional tem vindo a estreitar-se desde meados da década de oitenta. A par dos "programas de acção" individuais, têm vindo a ser lançadas as bases para uma acção política conjunta.

No Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, os chefes de Estado e de Governo debruçaram-se pela primeira vez sobre questões relacionadas com a política de educação.

"Programas de Acção"

Os programas de acção europeus foram lançados pela primeira vez em 1986. Um exemplo é o programa de acção conhecido como "Leonardo da Vinci", o qual tem constituído o terreno experimental para a inovação no campo da aprendizagem ao longo da vida.

Desde 1995, este programa tem vindo a apoiar projectos onde as instituições de ensino, as empresas, as câmaras de comércio, etc., de diversos países colaboram no sentido de incentivar a mobilidade e a inovação e de apoiar as pessoas no sentido de de-



Desde 1 de Janeiro de 2000 que as competências profissionais adquiridas no estrangeiro podem ser registadas num documento pessoal, o “Euro-pass-Formação”. Em Março de 2002, na sequência do pedido do Conselho Europeu de Lisboa, a Comissão recomendou um formato comum para os currícula vitae. O novo “CV europeu” (curriculum vitae) é diferente da maior parte dos outros CV pois dá grande ênfase à aprendizagem não formal e informal. Foto: Biblioteca Audiovisual da Comissão Europeia

envolverem as suas competências profissionais ao longo da vida.

A Fundação Europeia para a Formação

Iniciou as suas actividades em 1995. Esta agência comunitária desenvolve trabalho para mais de 40 países não pertencentes à UE, entre os quais se incluem os países à época candidatos e que agora fazem parte da UE, promovendo e dando assistência à reforma e modernização dos seus sistemas de ensino profissional. A Fundação trabalha em estreita colaboração com o Cedefop.

Conselho Europeu de Lisboa,

Março de 2000

A União Europeia definiu como objectivo estratégico transformar-se, até 2010, na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo.

Estocolmo 2001

O Conselho Europeu definiu três objectivos: “aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e formação na União Europeia, facilitar o acesso de todos a estes sistemas e abri-los ao mundo exterior”.

O Caminho a Seguir

Os “Processos de Bruges e Copenhaga” mostram que os objectivos comuns de atingir a realização e a harmonia na vida pessoal e profissional poderão vir a ser uma realidade na Europa. Este processo deve o seu nome à “iniciativa de Bruges” dos responsáveis pelo ensino e formação profissional (Outubro de 2001), na sequência da qual os ministros da Educação de 31 países europeus (os Estados-Membros da UE, os países então candidatos e os pertencentes

ao Espaço Económico Europeu, o EEE) adoptaram, em Novembro de 2002, a “Declaração de Copenhaga” sobre o reforço da cooperação europeia em matéria de ensino e formação profissional.

“Na última década, o desenvolvimento económico e social na Europa tem progressivamente revelado a necessidade de uma dimensão europeia para a educação e a formação. Acresce ainda que a transição para uma economia baseada no conhecimento e capaz de promover um crescimento sustentado, com mais e melhores empregos e uma maior coesão social, levanta novos desafios ao desenvolvimento dos recursos humanos.” Retirado da “Declaração de Copenhaga”

Os processos de Bruges e Copenhaga defendem que “pretendemos intensificar a cooperação voluntária na educação e formação vocacionais, a fim de promover a confiança mútua, a transparência e o reconhecimento das competências e qualificações e, deste modo, estabelecer uma base para uma mobilidade crescente e facilitar o acesso à aprendizagem ao longo da vida.” Retirado da “Declaração de Copenhaga”. Os Estados-Membros, os países do EEE, os parceiros sociais e a Comissão já começaram a pôr em prática acções de cooperação em relação a várias questões concretas:

- um quadro único para a transparência de competências e qualificações;
- um sistema de transferência de créditos para o ensino e formação profissional;
- princípios e critérios comuns para a qualidade do ensino e formação profissional;
- princípios comuns para a validação da aprendizagem não formal e informal;
- orientação ao longo da vida.



O futuro do ensino e formação profissional está estreitamente relacionado com o objectivo de melhorar a “qualidade do trabalho”, através da promoção da empregabilidade, das qualificações, do desempenho e da saúde dos cidadãos.



**Wolf-Dietrich
Greinert**

*Professor de
Pedagogia da
Formação
Profissional na
Universidade Técnica
de Berlim*



Uma vez que poucos estudos de longo prazo enquadram o desenvolvimento do ensino e formação profissional (EFP) numa visão mais ampla da sociedade, não se sabe muito bem por que razão a EFP evoluiu de forma diferenciada em países que registam um desenvolvimento económico e social semelhante. Nas suas reflexões sobre um possível quadro conceptual para a análise da evolução histórica dos sistemas europeus de EFP, Wolf-Dietrich Greinert tenta identificar princípios comuns aos vários sistemas adoptando uma perspectiva tripartida. Em primeiro lugar, a EFP estão enraizadas nas culturas de trabalho nacionais que se manifestam na legislação laboral. Em segundo lugar, as culturas de trabalho formam a base de regimes de EFP específicos. Em terceiro lugar, as culturas de trabalho e os regimes de EFP surgem com conceitos dominantes que, por sua vez, legitimam uma determinada orientação didáctica. Com base numa análise diacrónica a partir da Revolução Industrial, são identificados três tipos genéricos de sistemas de ensino e formação profissional (EFP): o modelo liberal, orientado pela economia de mercado, do Reino Unido, o modelo burocrático, estatizado, da França e o modelo dual-empresarial, da Alemanha.

“Sistemas” de formação profissional europeus - algumas reflexões sobre o contexto teórico da sua evolução histórica

“A transição da escola para o mundo do trabalho é muito diferente na Alemanha e no Reino Unido. Estes dois países constituem, provavelmente, os exemplos mais marcantes do contraste que reina na Europa a este nível, embora os britânicos pareçam sentir que todos os países do continente europeu a sul da Escandinávia utilizam uma versão diluída ou uma variação temática do sistema alemão. Do nosso ponto de vista, a Alemanha possui a versão mais marcante daquele que poderíamos designar por modelo continental típico.” Estes comentários do sociólogo de Liverpool Ken Roberts (Roberts 2000, p. 65 e seguintes) poderão não primar pela objectividade, mas revelam pela sua acutilância a forma como até os peritos têm dificuldade em encontrar uma maneira simples de retratar o panorama da formação profissional na Europa. Se a diversidade de sistemas de formação já coloca estas dificuldades, é fácil reconhecer a dificuldade que reside em reduzir a evolução histórica, altamente complexa, destes sistemas de qualificação a um denominador comum que possa ser subscrito pelos peritos de várias disciplinas? O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) aceitou este desafio com o seu projecto de História do Ensino e Formação Profissional na Europa numa perspectiva comparativa (<http://history.cedefop.eu.int>). Que abordagens poderão ser adoptadas para encontrar soluções para o problema?

I.

O historiador Hermann Heimpel afirma que a identidade europeia advém do facto de a História da Europa ser uma História de Nações. Todavia, esta percepção das nações como blocos de construção da História europeia reconhece que a sua constituição se ficou a dever, não só ao seu processo de desenvolvimento gradual, como também às relações forjadas entre si enquanto parceiros e concorrentes produtivos (Zernack 1994, p. 17). As relações entre as nações foram moldadas por inúmeros factores, incluindo as fronteiras comuns e as trocas comerciais. Algumas tendências históricas internacionais e universais foram particularmente decisivas. O factor que mais influenciou a génese dos processos de qualificação para as massas trabalhadoras foi indubitavelmente a Revolução Industrial ou a industrialização generalizada das nações europeias. Esse factor não só despoletou mudanças económicas e tecnológicas fundamentais, como também alterou profundamente a estrutura da sociedade, a interacção social, os estilos de vida, os sistemas políticos, os tipos de povoamento e as paisagens. Com a Revolução Industrial, o sistema de “renovação da capacidade de trabalho” sofreu reestruturações radicais em todos os países europeus.

Paradoxalmente, o processo de industrialização na Europa não produziu um mode-